

# SEARA NOVA

DIRECTOR DELEGADO: António Sérgio

EDITOR: Câmara Reys

Redacção, Administração e Oficinas—Calçada do Tejolo, 37-A

DEPOSITÁRIO—Travessa da Boa-Hora, 43, 1.º

Telefone 23547

Enviar toda a correspondência para a Travessa da Boa-Hora, 43, 1.º

CORPO DIRECTIVO: António Sérgio, Câmara Reys, Jaime Cortesão, Mário de Azevedo Gomes, Raúl Proença e Sarmento Pimentel.—PROPRIETÁRIA E EDITORA: Empresa de Publicidade SEARA NOVA.

ASSINATURAS—Continente e Ilhas: 6 números, 7850; 12, 15800; 24, 30800;—Colónias: 12 números, 20800; 24, 40800;—Brasil: 12 números, 20 mil reis; 24, 40 mil reis,—Estrangeiro: 12 números, 25 francos, 24, 50 francos.

VISADO PELA COMISSÃO DE CENSURA

## factos e documentos

### AINDA O PROBLEMA DA VULGARIZAÇÃO

O mais recente artigo de vulgarização filosófica (sobre «o universo einsteiniano») publicado por Abel Salazar no último n.º de *O Diabo*, remergulhou-nos nas nossas dúvidas acerca do problema da vulgarização, problema a nosso ver dos mais complexos sempre que se trate de determinados assuntos que não são por natureza dos mais fáceis. Continuamos a perguntar-nos se a vulgarização filosófica se não torna uma faina *anti-cultural* sempre que o indivíduo que empreende fazê-la, propondo-se facilitar o que não é fácil, se vê forçado à inexactidão das ideias, à impropriedade da expressão verbal, à imprecisão dos conceitos que emprega, e ao hábito de demarcar distinções absolutas — distinções de simplicidade talvez excessiva — no que é essencialmente nuançado.

Se não caímos desta vez em grande erro, tal necessidade de simplificação excessiva leva os vulgarizadores de uma doutrina recente a falar de maneira que os não-iniciados podem supor que essa mesma doutrina constitue um terramoto geral filosófico, o comêço absoluto de uma era nova, — o que acaso lhes falseia a perspectiva histórica. Considere-se, por exemplo, o seguinte período de Abel Salazar:

«Essa diferença [entre o subjectivo e o objectivo] é o prefácio indispensável para compreender que duas atitudes inteiramente diferentes têm de ser adoptadas no que diz respeito à Ciência e à Filosofia contemporânea: a atitude que se serve da *intuição* e a atitude que se serve do *pensamento abstracto*. É este com efeito o principal obstáculo a vencer pelo leitor para penetrar no mundo einsteiniano. Éste, como diz Rey, é um «mundo novo, lógico e racional, e desta forma pensável; porém não podemos imaginá-lo nem representá-lo intuitivamente». Será preciso, para o leitor se familiarizar com êle, adquirir novos hábitos, novos quadros perceptivos, numa palavra, refazer quasi por completo a sua mentalidade modelada pelo pensamento clássico: será necessário, por outras palavras, *transcender a intuição*.»

Não disse o autor aos seus leitores quem são os pensadores do «pensamento clássico», nem a que é que êle chama «pensamento clássico»; e o provável (supomos nós) é que o não-iniciado se atenha à hipótese de que são pensadores do «pensamento clássico» todos os filósofos que precederam Einstein, e que nenhum filósofo anterior a Einstein sentiu a necessidade de «transcender a intuição» (entenda-se «transcender a intuição sensível»); resultado contrário, ao que nos quer parecer, ao intuito

vulgarizador de Abel Salazar, pois supomos que essa necessidade de «transcender a intuição» está no ponto de partida do filosofar de um Platão, de um Descartes, de um Malebranche, de um Espinosa; que, se os cientistas nos dão hoje em dia o não-figurativo da sua Física, foi precisamente porque os Platões, os Descartes, os Malebranches, os Espinosas, nos abriram os oceanos do inteligível puro, do não-representativo, do não-figurativo, do não-especial, em que veleja Einstein; e que para o leitor cujos autores «clássicos» sejam os Platões e os Descartes, a necessidade de «transcender a intuição», — longe de significar, como por ali se infere, ter de «refazer quasi por completo a sua mentalidade modelada pelo pensamento clássico», significará talvez, pelo contrário, o próprio *abc* da filosofia, o pensamento mais primário e mais trivial. Direi ainda: acaso a de transcender a intuição sensível seja uma necessidade indispensável à mais simples e modesta compreensão de certas poesias de um Camões.

Entre dois escolhos, em suma, nos parece que singra a Vulgarização filosófica: o de suscitar no vulgo ideias falsas, e o de não suscitar nêle ideia alguma. Perguntamo-nos se não se acha no primeiro caso o período que acabámos de comentar; e se não está no segundo o seguinte período, que recortamos do mesmo artigo:

«Ora esta questão conduz-nos imediatamente ao que o Universo Einsteiniano tem de abstracto, pois que, *da mesma forma* que a geometria euclidiana é dominada pelo teorema de Pitágoras, a Relatividade é dominada pela fórmula do *intervalo*:  $L_2 = c_2 T_2 - D_2$ , em que  $cT$  é a distância-tempo e  $D$  a distância-espaço, fórmula de onde logo deriva o valor do intervalo elementar  $ds$ , válido para qualquer *ponto do Universo*, isto é, *qualquer ponto do espaço num momento qualquer do tempo*.

«Acrescentando que, na teoria de Einstein, pelo seu princípio da equivalência, um campo de gravitação corresponde a um campo de inércia, chega-se à conclusão que a matéria se manifesta por deformações do Espaço-Tempo de quatro dimensões, o que significa que a presença e acção da matéria é *equivalente* dos deslocamentos produzidos pelas *fôrças de inércia*.

«As equações da Relatividade encerram precisamente o número de variáveis e de funções necessárias e suficientes para definir o conjunto de fenómenos e suas leis; estas equações transformam-se noutras da mesma forma para uma transformação pontual geral de quatro variáveis, cujos invariantes exprimem as leis do Universo.»

(Segue na página 138)

# factos e documentos

(Continuação da página 122)

Diante de um trecho como o que aí vêdes, sentimo-nos entre as pontas de um dilema, cada uma das quais nos mergulha em dúvidas. Porque o leitor desta vulgarização científica (parafusamos nós) ou é um iniciado, ou não o é. Se *não* é iniciado, ¿ percebeu alguma coisa do que lhe aí disseram? Não o sabemos; quiséramos que os não-iniciados se nos confessassem. Se *é* um iniciado, ¿ serviu-lhe de alguma coisa o ter lido aquilo, e aperfeiçoou com essa leitura o seu saber? Ignoramo-lo; gostaríamos que os iniciados no-lo esclarecessem.

Não são isto críticas, como estareis percebendo, mas interrogações. Nós não sabemos; preguntamo-nos — unicamente — de que maneira deverá ser feita uma boa obra de vulgarização. — A. S.

## UM DISCURSO DE BLUM

No debate sobre política geral, que se efectuou no princípio do mês corrente, o chefe do governo francês, Blum, pronunciou no Parlamento um notável discurso, de que extraímos os seguintes passos:

« O verdadeiro problema é saber se governamos com um sentimento de duração. Qualquer que seja a nossa existência passageira, consideramo-nos guarda-livros dos interesses permanentes da nação.

« Não somos aventureiros, mas sim mandatários dos grandes partidos. Governamos para toda a nação.

« A nação durará depois de nós. É debaixo deste aspecto que encaramos os problemas. O Estado francês não pode continuar a viver como viveu durante vários anos. Não censuro ninguém, mas digo o que é.»

Dirigindo-se aos operários, Léon Blum disse:

« Não lhes direi: Fizemos bastante por vós. Qualquer que seja a obra realizada, sei que a confiança popular se conquista de dia para dia. Mas sei também que todo o poder se paga com deveres para com a nação. As classes operárias têm os seus interesses ligados aos interesses gerais das nações. A democracia francesa deve servir de exemplo a todas as outras.»

Depois, falando aos patrões, frisou:

« A autoridade patronal está na natureza das coisas, nas medidas e principalmente nos contratos. A lei limita-a. Peço insistentemente aos patrões que, quando se tratar de aplicar leis como a da arbitragem, se conformem com o respeito pela liberdade, como nelas está inscrito. Não é o apêlo dum homem ou dum Governo, mas sim o apêlo da própria nação. A democracia francesa quer combinar a sua vontade de progresso social com a sua preocupação de ordem, e o seu espírito de disciplina e a sua dedicação pelas instituições republicanas com o seu amor ardente pelas liberdades republicanas.»

## O TESTAMENTO POLÍTICO DE BALDWIN

Os jornais portugueses deram o seguinte resumo do último discurso de Baldwin, a que chamaram o seu «testamento político»:

« LONDRES, 18. — Baldwin pronunciou, esta noite,

no Albert Hall, na reunião da Juventude do Império, um dos seus últimos, senão o último discurso da sua carreira política. As palavras do primeiro ministro, que foi alvo de entusiásticas ovações, pareciam ser uma espécie de testamento político que o velho estadista deixava às novas gerações na véspera da sua retirada. Baldwin disse, entre outras coisas:

« Nós, que pertencemos à velha geração, desaparecemos, e vós, novos, sois os dirigentes do futuro. Confiamos-vos a missão de conservar e defender o que valha a pena do nosso passado, do património e das nossas tradições. Tendes a vosso cargo a nossa honra e todas as nossas esperanças. Incumbir-vos-á defender a democracia em todas as partes do império em que viverdes. A democracia deve ser defendida contra todos os perigos externos e internos, assim como vos cabe defendê-la contra ela mesma. Tereis que mostrar ao Mundo que nada há na democracia, nos seus princípios, nos seus fins e nos seus métodos, que gere necessariamente timidez ou mediocridade. A coragem, disciplina e rendimento são tão indispensáveis à democracia como o são à ditadura. A democracia exige tanta direcção como a ditadura, porque não se apoia sobre a força.»

« Aludindo à situação externa, Baldwin pôs os jovens em guarda contra os perigos que ameaçam a paz. « A liberdade para todos, que devia ser o grito da vitória no dia seguinte à guerra, está mais uma vez comprometida, porque nos outros países há homens privados dela. Podeis tentar explicar estes últimos 20 anos sob o ponto de vista económico e político, mas o que é evidente é que hoje a Europa não está nem em estado de guerra nem de paz, mas de sentinela. Há alguma coisa pior ainda. É que em certos meios a paz é considerada como um sonho mau e a guerra é glorificada como um ideal para os homens razoáveis. Enquanto durar o Império Britânico, levantaremos as nossas vozes para protestar contra esses falsos deuses » (aplausos).

« Aqui, em Inglaterra, deixámos de ser uma ilha mas somos ainda um Império. ¿ Qual é pois o segredo? A liberdade, mas a liberdade ordenada dentro da legalidade com força à retaguarda e não à frente, sociedade em que a autoridade e a liberdade se conjugam e em que o Estado e o cidadão são ao mesmo tempo fim e meio. Somos um império organizado para a paz e para o progresso livre do indivíduo, império que não desafia nem o Estado nem os seus chefes. A velha doutrina do direito divino dos reis já não existe, mas não temos intenção de a substituir por outra doutrina nova de direito divino dos Estados, porque nunca um Estado da Terra foi digno da adoração do homem livre. Os jovens soberanos a que tivemos a alegria de render homenagem nestes últimos e memoráveis dias são servidores do povo soberano. O rei é o símbolo da união não só do império mas também da sociedade, cujo laço é a idea que se faz da natureza fundamental do homem. Para o Estado cristão a personalidade humana é um bem supremo, que o estado servil nega. Toda a negação do valor infinito da alma humana conduz à supressão do direito à salvajaria e à selva. O facho que vos vou entregar e vos peço para transmitir em todos os caminhos do império é uma grande verdade cristã:

« Tratai os homens como fins e nunca como meios e trabalhem pela fraternidade humana.»